

A cidade de Deus
Vol. 1

SANTO AGOSTINHO

**A CIDADE DE DEUS
VOL. 1**

TRADUÇÃO:
JOÃO CARLOS NOGUEIRA
LUIZ MARCOS DA SILVA FILHO



PAULUS

Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Direção editorial: *Frei Darlei Zanon*

Coordenação editorial: *Heres Drian de Oliveira Freitas*

Coordenação de revisão: *Tiago José Risi Leme*

Preparação do original: *Heres Drian de Oliveira Freitas*

Gerente de design: *Danilo Alves Lima*

Diagramação: *Paulo Cavalcante*

Impressão e acabamento: PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430

A cidade de Deus : volume 01 / Santo Agostinho ; tradução de Luiz Marcos da Silva Filho, João Carlos Nogueira. - São Paulo : Paulus, 2023.
(Coleção Patrística)

ISBN 978-85-349-5167-8

Título original: De Civitate Dei

1. Reino de Deus - Obras anteriores a 1500 I. Título II. Silva Filho, Luiz Marcos da III. Nogueira, João Carlos IV. Série

23-3931

CDD 239.3

Índice para catálogo sistemático:
1. Reino de Deus - Obras anteriores a 1500



Conheça o catálogo PAULUS acessando:

paulus.com.br/loja, ou pelo QR Code.

Televentas: (11) 3789-4000 / 0800 016 40 11

1ª edição, 2023

© PAULUS – 2023

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 • São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5167-8

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativaram-se, em toda a Igreja, o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e do estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos não exaustiva,

cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

6 Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.

Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo “patrologia” designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras

de escritores leigos. Por “patrística” se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e seus empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus

8 textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto:

Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. Altaner e A. Stuiber, *Patrologia*, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

INTRODUÇÃO:

A CIDADE DE DEUS, ÉPICA OU TRATADO?

Luiz Marcos da Silva Filho
(PUC-SP/FSB-SP)

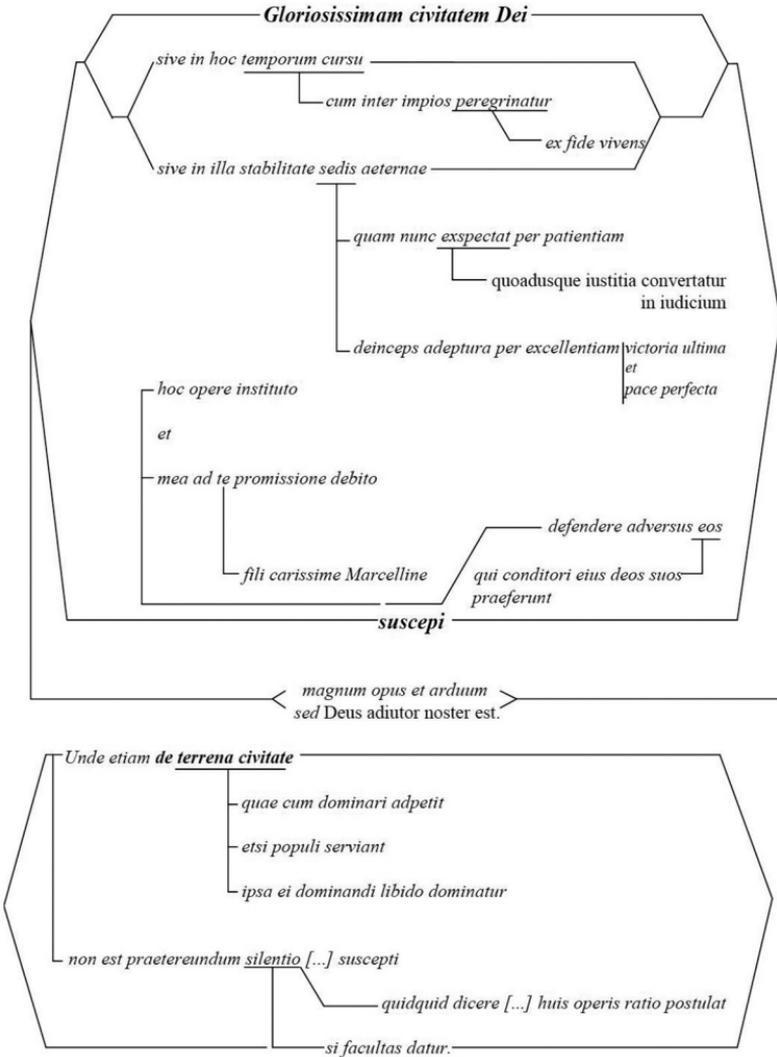
A cidade de Deus é uma das obras de maior fortuna histórica de Santo Agostinho e certamente um dos monumentos basilares da civilização ocidental latina cristã, mas se trata de uma obra enigmática e resistente a classificações reducionistas de gênero. Santo Agostinho poderia nos dizer com Clarice Lispector que é inútil classificá-lo, que ele simplesmente escape, que gênero não lhe pega. De fato, a obra agostiniana contém uma transversalidade genuína e dá notícias da antiguidade dessa profusa moda contemporânea de estilo e método. A seguir, proporei uma chave de leitura transversal de *A cidade de Deus* como uma obra a um só tempo filosófica, literária, histórica, teológica, metafísica, política, ética, psicológica, exegética, que ademais antecipa aspectos de uma crítica da cultura. Para tanto, selecionarei algumas passagens exemplares da imanência entre forma e conteúdo constitutiva dessa épica em forma de tratado ou desse tratado com conteúdo épico, para manifestar que a transversalidade com que *A cidade de Deus* é tecida reflete a transversalidade constitutiva da economia da salvação, na qual não há compartimentação de áreas do saber, disciplinas, jurisdições, em que, aliás, as cidades celeste e terrena se encontram provisoriamente *permixtae*.

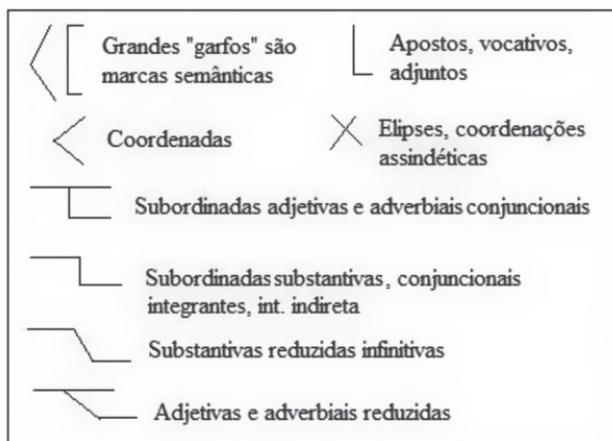
No caso de *A cidade de Deus*, o leitor está diante de uma obra cujo exórdio ou próêmio anuncia um assunto elevado ou sublime épico, qual seja: “A gloriosíssima cidade de Deus”. Mas a abordagem dessa matéria que logo será anunciada transcendente e presente, eterna e temporal, a-histórica e histórica, é realizada em prosa e não em hexâmetros datílicos, que eram a forma métrica poética das grandes épicas das Antiguidades Grega e Latina (*Iliada*, *Odisseia* e *Eneida*). Assim, S. Agostinho abre *A cidade de Deus* com um lugar-comum constitutivo das épicas, que é a apresentação em objeto direto (ou no caso acusativo do latim) da matéria elevada que será declamada ou cantada pelo poeta inspirado, porém, imediatamente a seguir, o leitor depara com uma prosa estilística e sintaticamente desconcertante de outro motivo constitutivo da épica clássica: o isomorfismo entre mundo e linguagem.

Para o/a leitor/a visualizar melhor a que me refiro, compartilho abaixo um diagrama sintático-estilístico-conceitual do primeiro e quinto períodos do prólogo de *A cidade de Deus*,¹ também para manifestar um recurso a que esta tradução recorreu exaustivamente para elucidar relações sintáticas de períodos complexos e longos que proliferam em *A cidade de Deus*.

¹ Cf. meu comentário linha a linha do prólogo de *A cidade de Deus* no cap. 1 “Ambivalência e desnaturalização da política no prólogo d’*A cidade de Deus*” em L.M. da SILVA FILHO, *Filosofia política em Agostinho: estudos sobre “A cidade de Deus”*, São Paulo: Edições 70, 2022, p. 41-54. Uma versão menos desenvolvida desse capítulo foi publicada em “Ambivalência da política no prólogo d’*A cidade de Deus*, de Agostinho”, *Cadernos de Ética e Filosofia Política* 31/2 (2017) 49-62, disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/118209> (acesso em 20/06/2023).

(AUGUSTINUS, *De ciuitate Dei*, praefatio, primeiro e quinto períodos)





No primeiro período de *A cidade de Deus*, logo após a apresentação translúcida da matéria elevada da obra, seu conteúdo é obscurecido por uma sequência de orações coordenadas, subordinadas e reduzidas que tecem um período enorme que, em si mesmo, é um enigma exegético em que o autor e o leitor se descobrem enredados e inseridos radicalmente numa situação histórica dramática em que se encontram em exílio. No caso do quinto período, a estrutura é análoga, embora menos complexa que a do primeiro. Logo após apresentar seu tema (a “cidade terrena”), seguem-se orações subordinadas que explicitam seus traços de contradição consigo mesma e sua dinâmica de destituição essencial.

Como a *civitas dei* na primeira frase, aqui é a *terrena civitas* que é destacada; novamente aqui a tendência em colocar o acento sobre o que é o elemento essencial da Cidade (a *dominandi libido*) rompe a estrutura normal da frase. Nesses dois períodos essenciais do Prólogo, Santo Agostinho nos dá um espécime de arte que, inteiramente em semelhança com os elementos estilísticos mais tradicionais, é

novo pela ousadia com a qual ele rompe com a tradição do período clássico.²

Por consequência, exercício exegético para S. Agostinho não é somente teórico ou especulativo. Antes, ele é primordialmente prático e religioso, pois a exegese de um texto é vã se não coincidir com uma exegese transformadora de si. Talvez o exemplo mais célebre de exegese vazia e estéril seja oferecido pelo próprio Agostinho quando narra sua experiência de legibilidade na juventude das *Categorias*, de Aristóteles, quando, em vez de encontrar ocasião para uma relação positiva e transformadora com o saber, usou perversamente o texto como fonte de vaidade por havê-lo entendido sozinho sem auxílio de um mestre e afigurar Deus como se fosse criatura, como um sujeito corpóreo com acidentes inerentes (cf. *Confissões* 4,15,28-31).

Mas as exigências exegéticas agostinianas aplicam-se a nós, leitores do século XXI? Por certo não necessariamente, embora alguém que empreenda, sobre a obra agostiniana, exercícios de inteligência de fé e reconheça lá sua história e constituição subjetiva terá uma experiência de leitura muito diferente de quem guarda exclusivamente interesse de erudição ou de quem enxergue somente mitologia datada ou ficção. Seja como for, independentemente da abordagem com que o leitor se aproximar de S. Agostinho, o que me parece fundamental é levar em consideração que a imanência emaranhada entre forma e conteúdo de *A cidade de Deus* reflete a imanência histórica dramática (e trágica para cidadãos terrenos) da condição humana, quer seja sob a forma

² C. MOHRMANN, "Saint Augustin écrivain", em *ID.*, *Études sur le latin des Chrétiens, Tome II – Latin chrétien et médiéval*, Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1961, p. 257-258.

de crença e averiguação fática, como pretende Agostinho, quer seja sob a forma de experimento mental ou simulação teórica provisória de leitura.

14

Isso quer dizer que encontramos, em *A cidade de Deus*, a teorização do que talvez mais escape à teoria, isto é, a realidade fática dos acontecimentos históricos, a própria historicidade. O grande acontecimento histórico que dá ensejo à épica agostiniana foi o saque de Roma de 410 d.C. Sob o comando de Alarico, os visigodos, com os quais, havia já alguns anos, os romanos vinham ensaiando negociações diplomáticas para evitar a invasão do Império, assediam e saqueiam a urbe de Roma, a “cidade eterna”. A queda de Roma ou a sucessão de invasões de povos não romanos guardavam um significado pagão apocalíptico, pois não se tratava só de instituições romanas que estremeciam, mas de eventos com a magnitude do fim do mundo: “Afiml, a cidade deve ser instituída para que seja eterna. Quando, porém, uma cidade é tolhida, destruída, extinta, de certa maneira é como – para compararmos o pequeno com o grande – se todo este mundo percesse e ruísse”.³

A gravidade da profecia ciceroniana é decorrente da ruína da dimensão sem a qual o homem é destituído de sua *humanitas*, do desmoronamento da esfera pública e social que deveria ser imperecível e sem o qual o homem é privado de aparecer publicamente para o mundo e para os outros autenticamente como animal político, o que, aliás, esclarece motivos dos suicídios exemplares, virtuosos e cívicos, de varões e matronas que preferiram a morte a uma vida

³ “[...] debet enim constituta sic esse civitas, ut aeterna sit. [...] civitas autem cum tollitur, deletur, extinguitur, simile est quodam modo, ut parva magnis conferamus, ac si omnis hic mundus intereat et concidat” (CÍCERO, *Da república* 3,23,34).

privada da *libertas* romana. Nesse contexto de corrupção das raízes mais profundas do Império Romano, Agostinho toma a peito, em *A cidade de Deus*, o programa de fundamentação de uma nova forma de cidade e humanidade. No plano da História das Ideias, *A cidade de Deus* pode ser estimada como ao menos o terceiro grande ensaio antigo de elaboração de uma metafísica dos costumes. Os diálogos *República* e *Da república*, respectivamente de Platão e Cícero, foram duas tentativas anteriores, aquela de fundamentação eidética transcendente da cidade, esta de fundamentação imanente naturalista e intelectualista, mas, no caso do tratado teológico-político agostiniano, deparamos, logo de início, com o programa de fundamentação da interioridade a priori de uma nova cidadania.

Se procede a leitura de Hannah Arendt de que Platão teria desesperado da vida na pólis após o julgamento e a condenação de Sócrates, se é consequente a leitura arendtiana de que com o julgamento de Sócrates “surgiu o problema de como o homem, se tem de viver numa pólis, pode viver fora da política”, “em condições de apolitismo” ou “em condição de não-cidadania”,⁴ e se esse abismo entre pensamento e ação ou hiato entre Filosofia e Política foi condição histórica e motivação para Platão idealizar uma cidade sem lastro na história, então o paralelo entre o programa de fundamentação metafísica da sociabilidade da *República* platônica e o programa de fundamentação de uma metafísica da interioridade da sociedade n’*A cidade de Deus* agostiniana guardam muitas afinidades eletivas. Ou melhor, Agostinho realiza uma crítica dos valores morais, religiosos e políticos constitutivos da História de Roma e propõe uma refundação da

⁴H. ARENDT, “Sócrates”, em *ID.*, *A promessa da política*, São Paulo: Difel, 2009, p. 47.